



DGS desmente “números distorcidos” da Federação pela Vida

POLÉMICA Amanhã passam cinco anos sobre o referendo que legalizou a interrupção da gravidez. Mas a guerra continua

“Mais de 80 mil abortos entre 2007 e 2011 não tem correspondência com a verdade.” É a reação de Lisa Vicente, chefe da Divisão de Saúde Reprodutiva da Direção-Geral da Saúde (DGS), aos números apresentados ontem pela Federação Portuguesa pela Vida (FPV) no que caracteriza como “um estudo sobre a evolução da realidade do aborto em Portugal”.

“Desde 2007 foram realizados mais de 80 mil abortos legais por opção da mulher”, diz a FPV, que

garante ter existido “um aumento de 30% no número de abortos por ano”, e “da reincidência do aborto — em 2010, houve 4600 repetições de aborto”. A FPV também assegura estarem a aumentar “as complicações do aborto legal para a mulher, registando-se mesmo uma morte em 2010, o que não acontecia desde 1987”. Na página 13 do documento enviado ao media, um gráfico com uma linha ascendente representa a evolução do número de abortos, de 6328 para 62478, linha que continua em tracejado a caminho dos 80 mil que, afinal, são “uma estimativa”, já que não há dados oficiais para 2011.

Mas os relatórios da DGS em que a FPV afirma ter-se baseado contam uma história muito dife-

rente. “Não só entre 2007 e 2010 a soma de abortos é inferior a 63 mil”, observa Lisa Vicente, “como a evolução do número de abortos não é ascendente. Em 2008 tivemos 18 014 abortos, em 2009, 19 222 e em 2010 o número baixou para 18911. É importante salientar que Portugal tem dos índices de aborto mais baixos da Europa.”

Quanto a repetições de abortos, que de acordo com um recente estudo europeu ocorrem menos no país que nos congéneres da UE, diz Vicente: “o número de mulheres que realizaram uma interrupção em 2010 e que realizaram outra no mesmo ano, em 2009 ou 2008 é de 2430.” Também quanto às mortes por aborto a responsável da DGS desmente a FPV: “No



relatório das mortes maternas entre 2001 e 2007 estão descritas 14 mortes de mulheres por aborto. Em 2010, tal como em 2009, não se registaram mortes por abortos ilegais.” E conclui: “Os números apresentados pela Federação Portuguesa pela Vida estão claramente distorcidos. Além de que a Lei

16/2007 não criou abortos por opção da mulher. Eles já existiam, e as mulheres tinham no seu percurso de vida repetições de aborto. A grande diferença é que depois da entrada em vigor da lei tudo passou a ser contabilizado, o que não acontecia antes.”
FERNANDA CÂNCIO